

# **A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA: UM ESTUDO PRELIMINAR DAS AÇÕES DE “CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO” PELA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ – BAHIA**

Luzineide Dourado Carvalho – Doutoranda UFS/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia  
luzdourado@bol.com.br

Maria Geralda de Almeida – Doutora UFG/Profª Colaboradora NPGeo/UFS  
mgdealmeida@gmail.com

**RESUMO:** O contexto contemporâneo marca-se pela globalização regida pela racionalidade econômica e pelas leis do mercado, no entanto, emerge uma política do território, do ser e do tempo reafirmando identidades, mobilizando lutas por novos direitos culturais dos povos, pela legitimação de regras mais plurais, pela reafirmação da convivência social e de reapropriação da natureza. Diante de tais processos, abrem-se questionamentos sobre os sentidos e as significações da natureza e do território da racionalidade instrumental. Anima-se um processo de ressignificação da natureza que, mesmo dentro de um campo conflituoso, tenta se expressar como formação discursiva que busca nas raízes ontológicas, epistemológicas e éticas na relação homem e natureza a construção da racionalidade ambiental. Diante dessas desconstruções e reconstruções, situa-se o Semi-Árido e a proposta da “Convivência com o Semi-Árido Brasileiro” - uma proposta que ganha evidência a partir de 1970, apoiando-se na contextualização do saber (produzir, viver e conceber) sobre a natureza e o território do Semi-Árido. As ações, práticas e programas da Convivência consideram as limitações e potencialidades do contexto ambiental do espaço em questão. Analisa-se a perspectiva aberta para gerar a reapropriação social da natureza, tomando como objeto empírico a COOPERCUC (Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá). Esta cooperativa segue os propósitos da Convivência, organizando dezenas de famílias rurais para a produção, beneficiamento e comercialização dos frutos nativos da Caatinga, Umu e Maracujá do Mato. A análise da Convivência pelas ações da COOPERCUC põe como questão quais as possibilidades e dificuldades de se gerar a sustentabilidade econômica e sócio-ambiental pelos limites e potencialidades do Semi-Árido e de mobilizar as comunidades rurais para a reapropriação social da sua natureza e do território.

**Palavras-Chave:** Natureza. Território. Reapropriação Social. Semi-Árido Brasileiro.

**RESUMEN:** El contemporáneo del contexto está marcado para el globalization conducido para la racionalidad económica y los leyes del mercado, sin embargo, emergen una política del territorio, el y el tiempo que reafirma las identidades, movilizandolucha para las nuevas derechas culturales de la gente, para el legitimation de reglas plurales, la reafirmación del convivência social y el reapropriação de la naturaleza. Delante de tales procesos, los questionings confían en las direcciones y los significações de la naturaleza y el territorio de la racionalidad instrumental. Un proceso del ressignificação de la naturaleza es livened encima de el exactamente dentro de intentos de un campo del conflituoso para expresarse como formación del discursiva que los searchs en los ontológicas, los epistemológicas y las raíces éticas en el hombre y la naturaleza de la relación la construcción de la racionalidad ambiente. Delante de estos desconstruções y reconstrucciones una pone Semi-Arido y la oferta del “Convivência con Semi-Árido brasileño” - una oferta que evidencien a partir de 1970 aumentos, apoyando en el contextualizaçãode saber (producir, vivir y concebir) en la naturaleza y el territorio de Semi-Arido. Las acciones, el prácticos y los programas del Convivência consideran las limitaciones y las potencialidades del contexto ambiente del espacio en la pregunta. Es perspectiva abierta analizada para generar el reapropriação

social de la naturaleza que es tomada como objeto empírico el COOPERCUC (cooperativa que cultiva al familiar de Canudos, de Uauá y de Curaçá). Esta cooperativa sigue las intenciones del Convivência, organizando sistemas de diez de las familias agrícolas para la producción, la mejora y la comercialización de las frutas nativas del Caatinga, del Umbu y del Maracujá de las malas hierbas. El análisis del Convivência para las acciones del COOPERCUC pone como pregunta de la cual las posibilidades y las dificultades si genera el sustentabilidade económico y socio-ambiente para los límites y las potencialidades de Semi-Arido y moviliza a las comunidades agrícolas para el reapropriação social de su naturaleza y del territorio.

**Palabras-Clave:** Naturaleza. Territorio. Reapropriação Social. Semi-Arido brasileiro.

## **Introdução**

O artigo ora apresentado traz como reflexão o contemporâneo processo de reapropriação social da natureza, tomando como base empírica os princípios e ações da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC). Tais municípios se localizam no norte da Bahia, participantes do Território de Juazeiro. É um estudo preliminar que se insere dentro de um contexto maior, que é a pesquisa de doutorado em andamento no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A partir do objetivo de se investigar o significado da “Convivência com o Semi-Árido” no que tange sua base ideológica e filosófica para conduzir suas propostas e mecanismos de ação na efetivação de seus programas, tais como, a articulação e mobilização dos sujeitos e atores sociais (especialmente em rede) para o protagonismo de práticas apropriadas e sustentáveis com as condições ambientais do clima semi-árido; promover um processo de ressignificação dos sentidos e significados postos sobre a natureza e o território Semi-Árido, entre outros. Neste viés investigativo, o artigo traz as primeiras considerações a respeito de uma das linhas da Convivência, que é a *conservação e utilização sustentável da Biodiversidade e da Agrobiodiversidade da Caatinga* (ASA, 2005), posta em prática pela Coopercuc. As questões foram direcionadas para a identificação e análise de como esta cooperativa tem possibilitado criar e ampliar sua sustentabilidade econômica e de dezenas de agricultores e agricultoras inseridas no processo de beneficiamento das frutas nativas da Caatinga, umbu e maracujá-do-mato.

O referencial teórico utilizado busca argumentar sobre a conformação do processo de ‘reinvenção’ da natureza e das ‘coisas naturais’, as ressignificações nas percepções sobre a natureza pela sociedade contemporânea. Tal processo põe em evidência a Biodiversidade como estratégia de desenvolvimento para as populações tradicionais e seus territórios identitários, numa direção de reapropriação social da natureza. Neste contexto, analisa-se a

*Convivência com o Semi-Árido* como uma expressão local/regional desse processo, aportando para o Semi-Árido essas lutas de revalorização de sua natureza e de seu território, em seus contextos físicos e humanos, em suas especificidades simbólico-culturais.

O procedimento metodológico nesse trabalho contou com trabalhos de campo por observação participante e de entrevistas realizadas com os protagonistas gestores e executores da Coopercuc. E, no intuito de apresentar alguns resultados preliminares dessas observações e análises, o artigo deseja contribuir para as reflexões sobre a agricultura familiar, emprego e renda em áreas de risco de desertificação, tendo em vista as abordagens para as experiências exitosas de convivência com a semi-aridez.

### **1 No Contexto da Crise Ambiental, a ‘Reinvenção’ da Natureza**

Diferentes concepções sobre a natureza sobrevivem até hoje, algumas de forma preservadas, muitas já moldadas pelas diferentes culturas, pelos vieses econômicos, especialmente a forma social capitalista e suas apropriações. Essa diversidade de significados da natureza aponta que não é nada simples o debate que hoje se trava especialmente no que tange a relação natureza, modernidade e desenvolvimento.

A construção da idéia de natureza na sociedade contemporânea se dá necessariamente pela compreensão das especificidades históricas que o conceito herda, portanto, considerar que este é resultado de embates filosóficos e ideológicos, marcado por contradições. Em concordância com Smith (1995), há uma *ideologia da natureza*, construída não recentemente, como muitos afirmam, mas uma reflexão conceitual fruto de uma experiência social da natureza acumulada de significados no decorrer da História.

Como aponta Almeida (1996), foi com base na noção ocidental de natureza que se estruturou o imaginário que dá sentido ao mundo moderno e à sua cosmologia que possui uma concepção “naturalista“ da realidade. Esta “oposição fundadora entre o natural e a sociedade não somente tem profundas implicações para a epistemologia da ciência como, também, constitui a base de nossa economia e da economia política” (p.42).

A civilização ocidental privilegiou a eficiência econômica em função da qual desenvolveu seu sistema de conhecimento. As ciências se transformaram em instrumentos de poder, que se apropriou da potência da natureza, e usado por alguns homens contra outros homens. O conhecimento também tem desestruturado os ecossistemas, degradado o ambiente, desnaturalizado a natureza (LEFF, 2006). A crise ambiental irrompe-se no momento em que a racionalidade da modernidade se traduz em uma razão anti-*natura*, ou seja, são os fundamentos e as formas de conhecimento do mundo que se irrompem em crise.

A crise civilizatória na qual se insere a crise ambiental é desencadeada pela razão econômica mercantil (VIEIRA,1996), por sua vez gera redirecionamentos para outra racionalidade, movimentando processos de ressignificação e da produção de sentido como base para a *racionalidade ambiental* (LEFF, 2006), entendida como “[...] as potencialidades e possibilidades contidas em diferentes processos materiais, ordens ontológicas e formações simbólicas: potenciais ecológicos, significados culturais, desenvolvimento tecnológicos, estratégias políticas e mudanças sociais “ (p.:112).

A exclusão da natureza, da cultura e da subjetividade provinda pela racionalidade moderna marca-se e expressa-se na crise civilizatória / ambiental, entretanto questionamentos estão sendo postos sobre o mundo, sobre o ser e o saber formatados nessa racionalidade e, este posicionamento crítico possibilita emergir a ontologia do ser, sobre suas essências e atributos, sobre as condições de existência, especialmente por vários povos e grupos sociais excluídos da Globalização, das promessas da modernidade.

As relações com seu meio natural têm sido interrogadas pela sociedade contemporânea. Para Almeida (1996) quando presentemente a sociedade se interroga sobre suas relações com o meio natural está, também, colocando um debate sobre a instrumentalização da natureza e uma reconsideração da construção simbólica da mesma. Nesta perspectiva, a crise ambiental teria este sentido da “violência”, e aparece como um momento importante da nossa história, uma vez que ela cria uma ocasião ímpar de efetuar um retorno à socialização da natureza e apreender as dissonâncias entre a legitimação e a produção de ordem social existentes na contemporaneidade.

Abre-se um contexto de ressignificação das coisas naturais e de reafirmação destas como partes e produtos da sociedade, surge uma ‘descoberta’ valorativa do natural. Essa corrente da “descoberta” valorativa do natural, pelas características históricas, configura-se como uma reinvenção (ALMEIDA, 1996). E neste contexto, torna-se importante o papel desempenhado pela cultura, sua transversalidade nos processos de ressignificação e de ‘descoberta’ da natureza, como nos diz Almeida, é considerar que elas possuem signos e mensagens e interpretar o valor social a elas agregadas.

A crise ambiental abriu um interesse teórico e político em valorizar a natureza com o propósito de desenvolvimento. As estratégias apontam-se com a intenção de fundar as condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos associados à sustentabilidade (SACHS, 2004). Entretanto, a noção de sustentabilidade dominante que se sustenta enquanto política de desenvolvimento é aquela que apenas reconhece a função que a natureza cumpre como suporte, condição e potencial do processo de produção (LEFF, 2006).

Pelizzoli (2003) aponta que se faz necessário ter uma postura crítica diante das estratégias de desenvolvimento que surgem, uma vez que não se tem relevado quais as matrizes de origem dos modelos que surgem muito ainda ligados ao viés neoliberal de mundo e uma perspectiva conservadora/reformista na relação desenvolvimento e natureza.

## **2 A Reapropriação Social da Natureza**

Dentro do contexto de apropriação discursiva da sustentabilidade e contra a temporalidade do capital, um contemporâneo processo de reapropriação social da natureza e do território emerge numa intenção de relativizar a relação que cada povo e cada cultura estabelecem com o espaço, com o tempo, com a natureza em geral e com a manifestação em cada ser específico e com suas relações entre si (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A preservação das identidades e dos valores culturais, o enraizamento e a terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema (ALMEIDA, 2008). A autora nos diz que as populações que habitam as matas, como exemplos, os Cerrados, a Caatinga e as áreas rurais, visualiza-se uma *cultura ecológica*, um modo particular de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural. Essa *cultura ecológica*, definida por Leff (2000), é o suporte comunicacional entre povos e natureza, cujos significados e usos atribuídos aos ambientes naturais são particulares através da construção de um conjunto de práticas coerentes para pensar, relacionar e utilizar o biológico.

Emerge na atualidade o discurso sobre a biodiversidade, situando-se nas formas pós-modernas do capital com ressignificações das florestas tropicais, suas populações tradicionais e seus conhecimentos da natureza, afirma Almeida (2008). As espécies, os homens e as máquinas participam na formação da biodiversidade como discurso histórico, aspecto que Escobar (1999 apud ALMEIDA, 2008) destaca como mais um exemplo de produção mútua entre as sociedades e as tecnociências. Ou seja, uma invenção discursiva recente, uma resposta a uma situação concreta de uma crescente destruição da natureza.

O discurso sobre a biodiversidade camufla a forma moderna do capital com a ressignificação das florestas tropicais, de suas populações tradicionais e da cultura ecológica destas populações. Se os recursos naturais são de interesse econômico para a comunidade, sua importância econômica é também crescente. Novos produtos são desenvolvidos graças às biotecnologias, criando novos mercados, aspectos que trazem para a sociedade uma noção de biodiversidade como campo de trabalho e lucro (ALMEIDA 2008).

A perspectiva atual de ‘descoberta’ valorativa do natural mobiliza um processo de reapropriação social da natureza, que se formata num campo conflituoso, resignificando a

formação discursiva ocidental de natureza a partir dos contextos materiais e imateriais específicos de cada povo, de cada território. Isto traz a perspectiva de que mesmo com a apropriação conservadora do discurso da sustentabilidade, não invalida as tentativas dos movimentos sociais de base popular e ambientalista de pensar a abertura da história, de buscar as raízes ontológicas, epistemológicas e éticas na relação homem e natureza (PELIZZOLI, 2003).

As manifestações e proposições para um “outro mundo”, constroem um novo discurso marcado por novos sentidos ao real e às coisas, ou seja, um processo de ressignificação dos e sobre os significantes, suas formas de existência, desconstruindo as conceituações dominantes e totalizadoras sobre os mesmos. Como afirma Moreira, “a realidade humana vai sendo reconstruída, a partir da vivência do mundo natural em seus contextos particulares que engloba a própria ressignificação da natureza humana“ (2007, p.:73).

#### **4 O Semi-Árido e a Proposta de Convivência entre Homem, Natureza e Território**

Os significados apropriados e explicitados sobre a natureza do Semi-Árido lhe qualificaram pela estereotipia, sendo uma natureza pobre, feia, hostil, adversa. Tais significados foram apresentados em romances, livros didáticos, imagens televisivas/cinematográficas e especialmente, apropriadas pelo discurso parlamentar. A questão climática, especificamente a seca, durante quase todo o século XX, foi o destaque e justificou as intervenções estatais, entre elas, a própria criação da região Nordeste (ALBUQUERQUE JR., 1999).

O Nordeste foi tomado como o Outro, o diferente dentro da formação político-geográfica do território brasileiro. Albuquerque Jr. (2000) embasa que as elites do Norte em declínio econômico e político nomearam a seca como o seu problema social. A seca passou a ser uma grande metáfora, pois a partir da palavra seca todo e qualquer problema, toda e qualquer necessidade, carência que a região tinha era significada a partir da mesma.

A seca não era a seca do Nordeste, mas era a seca do Norte, que antes era chamada de seca do Ceará. Isto porque não existia a Região Nordeste tal qual se concebe na atualidade. Esta surge como um enquadramento das ‘regiões’ econômicas e políticas dos limites das divisões territoriais político-administrativas do Império, portanto, das suas próprias diferenciações espaciais (OLIVEIRA, 1993). Será no final do século XIX o reconhecimento do Nordeste como ‘região’, mas só se afirma enquanto região oficial na segunda metade do século XX pelo IBGE.

Albuquerque Jr. (1999) afirma que a implicação política do discurso da seca embasou o discurso da vitimização desse espaço na história do Brasil: o Nordeste como vítima do Sul; o nordestino como coitadinho, miserável, ignorante; o subdesenvolvido; o cabeça-chata, entretanto, um discurso que possibilitou carrear verbas e fundar a ‘indústria da seca’. Uma produção significativa do Nordeste/nordestino, uma *visibilidade* calcada no estereótipo do atraso.

Essa forma de utilizar o discurso e prática sobre a natureza do Nordeste, tomando a questão da seca enquanto o ‘mito da necessidade’ (CASTRO, 1992) formatou o regionalismo nordestino - uma ação ideológica, um uso do Poder simbólico sobre a região Nordeste pelas elites dominantes. Através desse regionalismo criou-se um discurso da necessidade, da reivindicação e de convencimento da fatalidade natural das secas para aquisição de verbas públicas.

O território Semi-Árido foi cartografado pela presença das secas, sendo a primeira figura institucional o *Polígono das Secas*<sup>3</sup>, ou seja, um território formatado para as ações e intervenções da política do combate às secas. O Estado conduziu ao longo de todo século XX suas ações pela correção hídrica, promovendo por essa lógica técnica um patamar modernizador para a re-organização da economia da região Nordeste.

A fase da Política de Planejamento Regional, direcionada pela SUDENE<sup>4</sup>, montou toda uma institucionalidade para garantir a infra-estrutura de diversos programas hídricos, conferindo prioridade à acumulação das águas provenientes das chuvas em açudes de grande, médio e pequeno porte para abastecimento humano e animal, incentivando programas de modernização da agricultura, da pesca e para o uso industrial (BEZERRA, 2004). Os vários programas e projetos empreendidos, especialmente entre os anos de 1970 aos de 1990, tiveram como ação de destaque a irrigação.

Uma política hídrica desvinculada de um processo efetivo de desenvolvimento integrado e sustentável para a região Nordeste (BRASIL, 2004), tão quanto desintegrada de uma política de desenvolvimento rural, que mesmo protagonizando o abastecimento de água

---

<sup>3</sup> *Polígono das Secas* é instituído em 1936 através da Lei Federal número 175 de 06/01/1936. Foi até 1989 a *Área Oficial de Ocorrências de Secas no Nordeste*, de 1936 a 1989 a superfície do Polígono ampliou-se de 672.281,98 km<sup>2</sup> para 1.085.187 km<sup>2</sup>. Substituída pela *Região Semi-árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*, pela Lei nº 7.827 de 29.09.1989. Em 2000 a Região Semi-árida do FNE correspondia à 895.254,40 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2004, p.32,34).

<sup>4</sup> Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste. Criada em 1959, pela Lei nº 3.692. A Área de Atuação da SUDENE ou Nordeste da SUDENE cobria até 1989 uma superfície de 1.662.947 km<sup>2</sup>, ampliada pela Lei nº 9.690 de 15.07.1998 para 1.797.939 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2004:34).

na zona rural, estava desvinculada da produção agrícola, especialmente da agricultura familiar (BEZERRA, 2004).

Mesmo com a competitividade introduzida que coloca uma nova pauta para a região Nordeste, as vantagens do clima semi-árido passaram a ser ressaltadas pelos novos atores econômicos regionais, novos arranjos produtivos regionais voltados para mercados externos à região redefinindo partes do território regional e possibilitam atualmente uma visibilidade diferenciada do seu espaço, tanto no plano material como no simbólico, afirma Castro (2006).

Diante dos grandes projetos conduzidos pelo Estado desenvolvimentista das décadas de 1950 a 1990, permanecem os bolsões da pobreza regional/nacional, para os quais programas sociais compensatórios mais recentemente estão sendo introduzidos, exemplo, o Bolsa Família, tornando-se o grande projeto estatal de resgate da cidadania na Região.

E num contexto de mobilização e de articulação para uma outra racionalidade na condução de políticas públicas e de intervenção no Semi-Árido, que emerge nos anos de 1980/90 a proposta da *Convivência com o Semi-Árido*:

“Os debates acerca de um modelo de desenvolvimento apropriado para o Semi-Árido aponta para a falência da lógica do combate à seca e a emergência da convivência, ou em a falência da lógica técnico-econômica para a emergência da lógica ambiental-sistêmica” (CARVALHO, 2004, p.:22).

Carvalho (2004) aponta que o modelo de desenvolvimento pensado e implementado no Semi-Árido se por um lado buscou transformações da base tradicional da economia sertaneja para uma base mais moderna e tecnificada, as mudanças fortaleceram na verdade a exclusão de boa parte das áreas do Semi-Árido, para onde se reportam “imagens do espaço da seca, da pobreza, do êxodo rural, dos flagelados, do chão rachado, do ambiente hostil” (p.:22).

A Convivência é conduzida especialmente pela sociedade civil, e nessa última década, formatando a proposição de uma nova forma de pensar, agir e conduzir os caminhos do desenvolvimento para este espaço.

A *Convivência com o Semi-Árido* é uma proposta que vai se construindo e avançando no desafio de se universalizar como programa para todo este território, incorporando matrizes, idéias e noções de sustentabilidade e desejando se afirmar como uma política de equidade social :

“A lógica da Convivência com o Semi-Árido visa focar a vida nas condições sócio-ambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente, na busca de alcançar e transformar todos os setores da vida [...], oportunizando organizar e criar alternativas de produção” (CARVALHO, 2004. p. :22).



Esta ‘descoberta’ valorativa da natureza semi-árida tem a intenção de desmistificar, de desconstruir os significados negativos e transpô-los a uma positividade e diante dessa perspectiva cultural, a proposta de conviver é o meio pelo qual deseja-se construir uma nova relação entre a sociedade com sua natureza e seu território.

Deste modo, a Convivência visa a reapropriação social, especialmente pela população do meio rural e sua grande parcela de agricultores familiares, dos elementos do cotidiano e da organização sócio-espacial, como é o caso da água, da biodiversidade e da terra, para que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos seus territórios de vida.:

“A Convivência com o Semi-árido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficientes e sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhor as condições de vida para as populações dessa região” (IRPAA, 2002).

Os conteúdos da proposta da Convivência apóiam-se nas práticas e saberes acumulados pelos povos do Semi-Árido na sua relação com a natureza, especialmente com a água, um elemento aglutinador e de organização da vida no Semi-Árido. A dinâmica desses povos e suas formas de convivência elaboradas no *tempo do verde* e no *tempo da seca*, bem como as diversas expressões simbólicas demarcam essa relação.

A proposta cria seu ‘território’, estabelecendo-se entre o diálogo e o conflito com outros projetos de desenvolvimento consolidados ou em consolidação no Semi-Árido. Para tanto, ela se fundamenta em linhas de ação e pauta-se em conteúdos ligados à reforma hídrica (democratização, geração de abastecimento, aproveitamento sustentável de todas as águas em especial as águas das chuvas; redução de perdas e reuso da água) e reforma agrária (demarcação, titulação e desintrusão das terras, especialmente de territórios de comunidades tradicionais e de fundo de pasto), propostas sócio-culturais (que visem o fortalecimento e a manutenção das identidades culturais) e propostas institucionais, cujas políticas públicas para o Semi-Árido devam ser pensadas e implementadas para atender tanto as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais historicamente insuficientes e descontextualizadas, como é o caso da educação, mas também possibilitar que a sociedade civil participe de todas as instâncias de discussão e elaboração dessas políticas, desse modo, criando e fortalecendo o controle social. Outras políticas para a Convivência e a geração da sustentabilidade ambiental do Semi-Árido se pautam, tais como a conservação e utilização sustentável da Biodiversidade e da Agrobiodiversidade e recuperação de áreas degradadas e em desertificação (ASA, 2005).

Esta política de sustentabilidade ambiental do Semi-Árido traz como presuposto ir contra as políticas públicas descontextualizadas, que geraram pressões sobre as condições

ambientais causando efeitos e impactos negativos de ordem agrônômica, social e ambiental. A intensificação do uso dos solos e maiores demandas por água, por conta dos projetos de irrigação, em conjunto, causaram a aceleração dos processos de Desertificação<sup>5</sup> (BRASIL, 2004), sem contar a salinização dos solos e a redução das áreas do bioma Caatinga.

Nas duas últimas décadas a proposta ganha evidência política e territorial, constituindo-se redes de articulação e mobilização pelos nove estados que compõem o *Semi-Árido Brasileiro*<sup>6</sup> para implementar ações, práticas e programas de Convivência. Passam-se a aplicar *tecnologias apropriadas e sociais* a projetos sócio-produtivos, projetos político-pedagógicos e outras expressões que se vinculam às possibilidades de redimensionar os diferentes setores da vida.

Dentre as redes, destacam-se o Mutirão Nordeste, a Articulação no Semi-Árido – ASA e a Rede de Educação para a Convivência com o Semi-Árido – RESAB. Participam dessas redes instituições da sociedade civil, tais como ONG's, associações de produtores rurais e comunitárias, Igrejas, movimentos sociais etc. e Universidades Públicas, Secretarias de Educação, mais especificamente na RESAB.

As redes promovem uma dinâmica permanente de oficinas, encontros, seminários e conferências, cujo sentido é fortalecer o discurso, evidenciar e trocar o conhecimento das práticas e experiências exitosas (desde a produção à educação), elencar propostas, diretrizes e direcionar as ações. As instituições têm em comum em seus trabalhos o uso de metodologias participativas e contextualizadas, uso de imagens, símbolos e dizeres positivos, que se compõem como estratégias para converter a hostilidade e estereótipos consolidadas no imaginário e nas representações sociais da sociedade local/regional sobre seu próprio território.

A Convivência ao conduzir à percepção dos limites e potencialidades dos recursos naturais dos ecossistemas do Semi-árido gera um processo produtivo e organizacional pautado na consciência dos grupos sobre sua atuação na base territorial. Uma territorialidade que vai sendo redimensionada, pois a concepção de território adverso passa-se ao território de possibilidades de práticas. Uma consciência de pertencimento, que segundo Almeida (2005) é

---

<sup>5</sup> Entende-se por Desertificação “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sob-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (BRASIL, 2006:17).

<sup>6</sup> Delimitação normatizada pela Convenção Mundial de Combate à Desertificação (UNCCD) para designar as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) no Brasil, definindo o *Semi-Árido Brasileiro*, com uma área total de 1.338.076 km<sup>2</sup> (15,72% do território brasileiro), inserindo 1.492 municípios que correspondem a zona Semi-Árida dos estados nordestinos de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte e o norte de Minas Gerais que corresponde a um estado do Sudeste ; insere-se também a zonas Sub-Úmida Seca que corresponde o leste do Maranhão (NE) e noroeste do Espírito Santo (SE) (BRASIL, 2004).

a que promove “uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo o território portador de significados e relações simbólicas” (p.:109).

As representações existentes pelos grupos humanos a um determinado território, são aspectos apontados por Almeida e Vargas (1998) como a convivência dos sujeitos sociais em sua forma singular de usar o espaço e sua natureza e de construir um espaço-tempo particular. E, neste pressuposto ideológico-filosófico, que parece se sustentar os discursos e as práticas de *Convivência com o Semi-Árido Brasileiro*.

## **5 O Território da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá e seu Processo de Reapropriação da Caatinga<sup>7</sup>**

*O Contexto Econômico e Territorial:* A Coopercuc é uma cooperativa que atua com agricultores familiares de três municípios: Curaçá, Canudos e Uauá, localizados no norte da Bahia, Vale do sub-médio São Francisco. Participam com outros mais sete municípios do território de Juazeiro.

O território de Juazeiro a partir das décadas 1970/80 recebeu fortes intervenções na organização do espaço agrário, especialmente com a implantação de projetos de irrigação, dotando-o de um aparato técnico-informacional e infra-estrutural para sua inserção ao mercado nacional e internacional de frutas, especialmente a uva e a manga.

Mesmo com a eficiência produtiva, tecnificada e globalizada, neste território o que prevalece para sua maior parcela de população, especialmente da agricultura familiar, é a manutenção da economia rural marcada pela forte influência do setor agropecuário tradicional (LEITÃO, 2002:175).

*O Contexto Ambiental:* É predominado pela Caatinga. Este bioma predomina em todo Semi-Árido, sendo exclusivamente brasileiro, o que significa que suas condições físico-geográficas dificilmente podem ser encontradas em outro lugar do planeta.

A Caatinga é uma vegetação adaptada às condições de aridez (xerófila), para se proteger algumas plantas armazenam água, como os cactos, outras se caracterizam por terem raízes praticamente na superfície do solo para absorver o máximo da chuva. É um bioma de grande importância biológica e um potencial econômico ainda pouco valorizado. Destacam-se espécies como o pau-ferro, a catingueira verdadeira e, de potencialidade frutífera, destacam-se o umbú, o licuri etc. e espécies medicinais, como aroeira, a braúna, o pinhão, o jericó, entre outros.

---

<sup>7</sup> As informações sem citação neste parte do artigo foram adquiridas pelas entrevistas no 2º trabalho de campo, realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2008, com a direção da Coopercuc (Uauá –BA) e agricultoras e agricultores das mini-fabricas de Serra Grande (Curaçá –BA) e Serra da Canabrava (Uauá).

A Caatinga possui extensas áreas degradadas, muitas delas incorrem, de certo modo, em risco de desertificação. Almeida (2008) aponta que mesmo com essa biodiversidade, a Caatinga carece de planejamento estratégico permanente com o qual se pretende evitar sua perda.

O umbuzeiro fornece o fruto umbu, da palavra tupi-guarani "y-mb-u", que significava "árvore-que-dá-de-beber". É uma árvore de pequeno porte em torno de 6 m. de altura, e tem vida longa (100 anos), seu fruto, o umbu, é constituído por casca (22%), polpa (68%) e caroço (10%). Estudos da Seagri-BA (2008) revela que o umbu é rico em proteínas, sais minerais e vitaminas.

Em média um umbuzeiro só começa a dar frutos com 15 anos e dá até três floradas numa safra. Um método de coleta do umbu para aproveitar mais a produtividade foi desenvolvido a partir de uma articulação do IBAMA, dos agricultores, das empresas e da Coopercuc para diminuir ou mesmo não destruir o umbuzeiro e garantir sua maior produtividade e conservação. Trabalha-se com os agricultores para que não batam nos galhos do umbuzeiro, pois com o impacto o galho não flora mais. Deste modo, uma das ações educativas da Coopercuc é trabalhar com a conservação do umbuzeiro.

Outro fruto nativo da Caatinga e beneficiada pela Coopercuc, é o maracujá-do-mato. Também de bom sabor e resistente a longos períodos de estiagem, é um fruto rico em vitamina C e potássio. Uma planta resistente a muitas doenças e sua produção demanda menos custos do que a do maracujá amarelo. A colheita se dá no primeiro ano após o plantio e durante os próximos dez anos. Tem se constituído como uma boa opção de desenvolvimento de fruticultura de sequeiro em várias partes do Semi-Árido (EMPRABA, 2008).

*A Institucionalidade:* É uma cooperativa voltada para o beneficiamento de frutas nativas, umbu e maracujá-do-mato. Criada em 1997, mas oficializada em 2004, envolve atualmente cerca de 200 famílias rurais, distribuídas em algumas comunidades rurais dos municípios de Uauá, Canudos e Curaçá. Até 2003, algumas comunidades, como a de Serra da Canabrava, Uauá, apenas beneficiavam de forma doméstica o umbu. Em torno do melhor aproveitamento desse fruto formou-se um grupo chamado de “unidos do sertão”, composto por mulheres que passaram a trabalhar em uma casa, com uma pequena produção destinada para comer e para levar para as feiras-livres.

A organização dessas pessoas em torno da idéia de se aproveitar melhor o umbu contou com o apoio do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), uma ONG sediada em Juazeiro, Bahia, que tem como meta gerar assessoria e ações voltadas para a

Convivência, e possui em sua estrutura gerencial um setor destinado a produção e criação apropriada.

Em 2003 uma instituição italiana, a Slow Food e o IRPAA fecham um projeto de parceria e a Coopercuc recebe o apoio para ampliar sua infra-estrutura e gerar condições de autonomia. A Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos que visa atuar com o fortalecimento de produtos com potencial gastronômico que estão em risco de desaparecimento das tradições culinárias regionais. Uma de suas ações é a *Arca dos Gostos*, que é “um catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga sabores quase esquecidos de produtos ameaçados de extinção, mais ainda vivos, com potenciais produtivos e comerciais reais” (SLOW FOOD BRASIL, 2008). Através da ação da Slow Food do Brasil, o umbu foi identificado e inserido como uma Fortaleza:

“As fortalezas são projetos concretos de desenvolvimento dos produtos em territórios, envolvendo diretamente os pequenos produtores, técnicos e entidades locais. São pequenos projetos dedicados a auxiliar grupos de produtores aetesainais e preservar seus produtos tradicionais de qualidade” (SLOW FOOD BRASIL, 2008).

A Fundação Slow Food para Biodiversidade e à ONG Horizon 3000, de origem austriaca, nos primeiros meses de 2006, apoiaram financeiramente a construção das mini-fábricas para completar os primeiros estágios de processamento. Desde que o umbu foi agregado como Fortaleza que a Coopercuc tem seus potes de geléias e compotas de umbu começaram a viajar pelo mundo.

O projeto original previu 13 mini-fábricas, sendo 4 para Canudos, 4 para Curaçá e 5 para Uauá. Mas foram implantadas apenas uma em Canudos, 4 em Curaçá e 9 em Uauá, sendo que daquelas que iriam para Canudos, uma foi deslocada para a comunidade de Serra Grande (Curaça) que a princípio não receberia naquele momento uma mini-fábrica. Atualmente a cooperativa é composta por uma fabrica central situada no centro urbano de Uauá e mais 13 mini-fábricas situadas nas áreas rurais dos respectivos municípios.

A Coopercuc recebe anualmente em torno de 1500 visitas, do Brasil (todas as regiões) e do exterior. São pessoas que têm o interesse de conhecer o trabalho da cooperativa: “desejam conhecer a forma de produção do fruto; a gestão da cooperativa e sua organização”, Comenta Jussemar, presidente da Coopercuc.

*A Organização e Gerenciamento:* A Coopercuc segue uma das linhas da Convivência que é a produção e criação sustentável da Biodiversidade da Caatinga. Tem como meta gerar a aprendizagem da dinâmica ambiental do Semi-Árido, especialmente sobre as chuvas e as secas

e as orientações para preservação da Caatinga e conservação dos umbuzeiros; atua com educação ambiental, especialmente com a separação do lixo ns mini-fabricas.

A cooperativa, além do apoio da ONG italiana, também recebe patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por conta desses apoios e a inserção dos seus produtos no mercado internacional, a Cooperativa teve que passar por um processo de certificação, que é o controle de qualidade e de que atua conforme os princípios das instituições parceiras, especialmente da Slow Food. Os agricultores familiares cooperados devem ter título de proprietário para certificar também suas propriedades e inserir seus frutos na rede de produção.

Para se aderir à Coopercuc como sócio tem-se a exigência de ser agricultor ou que seja sua renda principal provinda da agricultura ou pecuária e resida no meio rural. Só depois de um ano é que se pode tornar cooperado; o aspirante à cooperado participa das reuniões, até que é aprovado pelo Conselho da cooperativa.

Os agricultores cooperados participam das reuniões e encontros, adquirem conhecimentos e realizam intercâmbios e trocas com as outras comunidades. Uma vez por ano tem a Assembléia Geral. E semestralmente as reuniões de produção enquanto as reuniões de grupos, são de acordo com as demandas nas mini-fabricas entre a coordenação e os grupos. As capacitações são feitas pela equipe de técnicos e funcionários da direção ou técnicos de empresas de assistência agrícola regional, das ONGs e instituições parceiras nacional e internacional.

A Coorpercuc desenvolve uma gestão descentralizada, onde cada mini-fabrica tem sua própria produção, entretanto a comercialização é só feita pela unidade central. A central recebe as demandas do ano e repassa para as mini-fabricas, estabelecendo o controle da produção para não gerar uma super oferta. Tem-se a figura do coordenador para cada mini-fabrica, onde este atua na fiscalização e controle da produção local, supervisiona e transfere conhecimentos. Atua no incentivo da equipe e repassa as demandas para a central. Geralmente é alguém da própria comunidade, com espírito de liderança de base.

*A Comercialização:* Cerca de 70% da safra vai para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que usa os produtos fabricados pela Cooperativa em programas de segurança alimentar no Nordeste. Mas o objetivo dos diretores da Coopercuc é diminuir a participação da CONAB e aumentar as vendas para outras empresas tal como a Alter Eco, uma rede de supermercados francesa que realiza o comércio justo. De acordo com Lecomte, presidente da Alter Eco, a empresa tem uma margem de lucro de apenas 30% sobre as

importações: “A nossa vantagem é que, como temos um público cativo, não precisamos fazer tanto marketing”, explica (MERCEDDES, 2008).

Na avaliação de Jussara Souza, gerente comercial da Coopercuc, o sucesso da aceitação do umbu no mercado internacional se deve em especial às parcerias. Ela explica que o crescimento profissional da Cooperativa é resultado da força de trabalho das famílias do Semi-Árido, com apoio das instituições parceiras através da ajuda financeira, influência e motivação (SEAGRI-BA, 2008).

A Coopercuc têm obtido um crescimento significativo na produção e comercialização de seus produtos. A gerente comercial, aponta que 2007 foi um ano muito positivo, conseguindo vender mais de R\$ 400 mil em produtos derivados de frutas nativas e cultivadas para o mercado interno, além de ampliar as vendas para o mercado externo (SEBRAE, 2008).

*A Organização e Divisão do Trabalho nas Mini-fabricas:* As mini-fabricas foram padronizadas no projeto de 2006 da parceria Slow Food e IRPAA e até então não foram modificadas. A estrutura é de três cômodos, onde se armazena os equipamentos, os produtos fabricados pela semana e uma pequena cozinha para manipular e cozinhar os sucos e geléias. Os doces e polpas são fabricados na fábrica central, pôr dispor de máquinas apropriadas e energia elétrica para a refrigeração, bem como espaço para armazenamento das caixas que seguem destino para sua comercialização.

A organização do trabalho interno em cada mini-fabrica é de acordo com a demanda que recebeu para aquela safra. Toma-se, por exemplo, que a demanda de produção seja de 4 mil toneladas de doces para serem produzidos, a mini-fabrica por sua vez, tem um grupo de 12 pessoas (em média são de 12 a 15 pessoas) que vão se dividir em turmas de três ou quatro pessoas para entregar o pedido em seu tempo certo. Para tanto as turmas se revezam durante as semanas entre coleta do fruto e produção dos sucos e geléias: cada pessoa de um grupo coleta seus frutos, seja na sua propriedade ou na área de fundo de pasto, quando não atinge a quantidade necessária, ela pode comprar de outro proprietário, desde que este tenha a propriedade certificada. Neste grupo de 4 pessoas, cada uma tem os dias da semana na mini-fabrica, onde produz ou realiza alguma tarefa distribuída pelo seu grupo.

Aproveita-se todo o fruto, seja do umbu ou do maracujá-do-mato. Os frutos devem ser inchados, cortados e cozidos, onde a parte líquida vira suco ou polpa e a parte da massa (casca, polpa e caroço) vira geléia ou doce. O aproveitamento do maracujá tem como mérito uma senhora, D. Jovita, da comunidade de Serra de Canabrava, Uauá. Ela experimentou fazer a geléia deste fruto e foi aprovada pela direção da Coopercuc.

O funcionamento da mini-fabrica segue o calendário agrícola de cada fruta, dependendo da safra e da oferta de frutos por safra. Deste modo de janeiro a abril as mini-fabricas beneficiam o umbu; de junho a dezembro com maracujá-do-mato e também manga e goiaba. A partir de 2007 algumas comunidades vem beneficiando essas duas últimas frutas, que são plantadas, mais especificamente, na região do Caldeirão da Serra (entre as Serra Grande e Serra da Canabrava, divisores dos municípios de Uauá e Curaça) com micro-clima mais para sub-úmido.

O umbu é a fruta beneficiada em maior quantidade, detém 80% da produção, por ser a de maior oferta e considerada tanto a mais típica quanto a mais simbólica da produção pela convivência. Após o método de se apanhar com as mãos apenas o fruto inchado, retira-se em média 400 kg de frutos de um pé na safra, afirma o presidente da Coopercuc. Até 1997 havia uma forte degradação dos umbuzeiros, e de 2007 para 2008 estão sendo recuperados com recursos próprios da cooperativa, replantando mudas dos viveiros na Caatinga.

Outras comunidades participam da Coopercuc apesar de não terem mini-fabricas, mas uma casa de produção, com umas 5 a 6 pessoas. São as comunidades de Patamuté (Curaçá), Maria Preta (Uaua) e Raso (Canudos). Dados da Seagri-BA (2008) revela que as comunidades no geral têm capacidade de ampliar a produção, por exemplo, a região de Uauá, que pode abastecer grande parte do mercado e com a capacidade de 12 plantas de umbu por hectare, com produção de 150 kg a 200 kg.

A participação das mulheres é maior do que a dos homens dentro das mini-fabricas. Em média são grupos de 12 a 15 pessoas, sendo às vezes 2 ou 3 de uma mesma família. Em média são 3 a 4 homens por mini-fabrica contra 10 a 12 mulheres. Relatam as produtoras que os homens ficam mais na roça, acham ainda que a produção “é coisa de mulher”. As mulheres conciliam as atividades domésticas com as da mini-fabrica, isto é possível por conta do rodízio de turmas na semana (durante a safra), e elas se organizam no dia/semana entre a casa e a mini-fabrica. A jornada diária na mini-fabrica é de 07:00 às 17:00 h.

Através das capacitações na fabrica central, as famílias envolvidas aprenderam as normas de coleta do umbu, manuseio dos equipamentos e produção dos doces, geléias, sucos e polpas com controle de qualidade, desde a fabricação à conservação.

As áreas da Caatinga para coleta dos frutos devem ser certificadas. Essas áreas são de *fundo de pasto*, terras devolutas e apropriadas pelos agricultores familiares há décadas, usadas para criação coletiva de caprinos. A certificação exige que haja a preservação da Caatinga, a retirada adequada dos frutos, que é com as mãos.



Além das tarefas de coletar e cozinhar os frutos, produzir as geléias, polpas e sucos, também se põe os rótulos nas embalagens, encaixam, esterilizam os vidros e vasilhas plásticas. O controle do ambiente é bem rígido, utilizam seus uniformes (o kit do uniforme, um roupão, um gorro e um máscara de pano são comprados) são levados para lavar para o próximo uso. Não se pode comer dentro da mini-fabrica, o lixo é coletado, separado e enviado para a fabrica central. A lenha que se usa para o forno da cozinha da mini-fabrica é da algaroba, plantada pela central para este fim. É proibido usar madeira verde da mata nos fornos, apenas galhos secos caídos da mata.

O gerenciamento dos gastos e saldos da produção é feito no final de cada safra, onde se totaliza a produção da mini-fabrica e se descontam gastos com caixas, vasilhames, açúcar (sacos de 25 kg), suqueira, baldes etc., que foram financiados pela Coopercuc: “65% do custo de produção é descontado e as famílias têm lucro de 35% do que é produzido”, esclarece Egnaldo Xavier, gerente da Coopercuc. Ele diz que os custos são muito altos, mas a margem de lucro das famílias é boa, se comparada aos 10% a 25% da cooperativa, que absorve despesas com comercialização e tributos. “A cooperativa compra os produtos das famílias a partir de um plano de negócios, pagando a diferença depois de descontar (SEAGRI-BA, 2008).

*As mudanças:* Os agricultores e agricultoras ouvidos apontam que é novo a preservação da Caatinga, especialmente dos umbuzeiros e do maracujá-do-mato. Através dos cursos, palestras e orientações das instituições parcerias, vão aprendendo sobre o Bioma da Caatinga, apesar de que possuem um valioso saber popular sobre as folhas e raízes da mata. Consideram estes agricultores que não sabiam tão quanto era importante a Caatinga, pois derrubavam árvores, tiravam os umbus ainda verdes, onde se perdia muito, além de degradar o umbuzeiro.

A partir do trabalho que os jovens vêm despertando mais interesses pelo conhecimento em preservar a natureza; todos têm aprendido a lidar com a água, especialmente das cisternas. O sentido de ‘Convivência com o Semi-Árido’ vai sendo construído no processo de trabalho e se incorporando no cotidiano, na vivência dessas famílias. Nos depoimentos identifica-se o processo de re-elaboração da visão de mundo, resultado do conhecimento adquirido através de palestras, cursos, mas especialmente, do próprio sentido que se dá a preservação da Caatinga como riqueza imprescindível para desenvolver um modelo de produção pelas próprias condições daquele ambiente.

A natureza do lugar é vista como boa, com viabilidade. Consideram a região “muito rica, tem mandioca, milho, feijão, galinha” e “aprende-se cada vez mais a viver com ela”, afirma Eliane, coordenadora do grupo da mini-fábrica de Serra Grande, município de Curaçá.

O entendimento das pessoas inseridas na produção é de que a convivência é viver em respeito com os outros, no entanto, em relação à convivência com a natureza consideram que é novo, pois passaram a considerar o respeito a essa natureza também, sendo a preservação sua maior expressão: “A convivência com as pessoas é respeitar, a convivência com a natureza é saber preservar, respeitar ela”, exclama D. Jocionira, da comunidade de Serra Grande, Curaçá.

As comunidades rurais já detinham o conhecimento do uso do Umbu, tradicionalmente usado *in natura*, para o consumo da família ou para venda direta em feiras ou para o atravessador ou mesmo na feitura da ‘umbuzada’, espécie de um doce cremoso, de sabor mais azedo. Retiravam os frutos de forma predatória, quebrando os galhos, reduzindo a produtividade do umbuzeiro, que em média pode dar até três floradas. Antes do projeto de beneficiamento, o fruto era de valor bem abaixo, variando preço do saco durante sua safra e quando esta acabava também iam-se qualquer oportunidade de se obter dinheiro com este fruto.

Numa mini-fabrica participam no máximo 20 famílias, sendo que a população média das comunidades é de 100 famílias. As famílias apresentam confiança nas possibilidades do Semi-Árido e apontam que o mais positivo que aconteceu em suas comunidades foi a chegada dos programas da convivência, seja a instalação das cisternas de placas para captação da água das chuvas para consumo de água potável para a família quanto a instalação da mini-fábrica: “para mim a mini-fabrica é grande porque é dela que tudo mudou”, fala D.Jovita, comunidade de Serra da Canabrava, Uauá.

O poder de compra das famílias tem sido ampliado a partir da incorporação da renda proveniente do trabalho cooperado. Relatam sentir que estão melhorando em todos os aspectos e que morar no meio rural com a convivência ficou melhor.

A renda da família com o trabalho cooperado, por safra, passa em média para R\$ 1.500,00. Esta renda complementa as outras atividades, consideradas principais, por exemplos, a criação de cabras (que é a atividade mais expressiva), criação de galinhas, venda do umbu *in natura* e também a renda da aposentadoria e de programas sociais como o Bolsa Família.

A concepção de morar no meio rural tem mudado com a Convivência, consideram que ficou melhor e que não têm mais vontade de sair do lugar: “morar na roça hoje é mais moderno, tem muitas coisas, tem TV”, se expressa D. Jocionira, comunidade de Serra Grande,

Curaçá. E apontam as famílias entrevistadas que seus filhos mais novos demonstram interesse pelo trabalho que desenvolvem.

As propriedades receberam algumas melhorias também com a entrada na Coopercuc, como a instalação das cisternas, apesar de que estas participam de outro programa de Convivência, que é o PIMC<sup>8</sup>, desenvolvido pela Articulação no Semi-Árido. Apontam que o mais positivo que aconteceu na comunidade foi à chegada da mini-fábrica, pois antes perdia-se muito; não tinha o local certo, roupas, pias, atualmente não tem mais perda na produção.

*Entre as Dificuldades e Possibilidades:* A situação das famílias da comunidade tem sido alterada a partir de sua inserção na Cooperativa. São 200 famílias que estão acima da linha da pobreza. A renda de um cooperado é em média R\$ 30,00 a 70,00 diários por safra. “Isto significa em torno de 20 a 25% da renda mensal da familiar por 3 a 4 meses”, relata Jussemar, presidente da Coopercuc. Expressa D. Djalma, de Serra Grande que “bom seria ter produção o ano todo, sendo uma renda mensal, mas precisa de mais frutas ao longo do ano”, expondo uma limitação estrutural que coloca a renda da produção ainda como complementar.

Algumas cooperadas relatam que “com o dinheiro da última produção pude ajudar meu marido na compra de um carrinho”; “o dinheiro ajudou a comprar móveis, reformar a casa”, e “este ano (2008) vou fazer uma poupança, uma reserva do dinheiro”. Demonstram que apesar de ser uma renda complementar ao longo das safras vem possibilitando que as famílias ampliem seu poder de compra, especialmente de bens de consumo durável.

Houve uma agregação de valor ao umbu e ao trabalho de diversas famílias que aprendem a conviver com a região e o que ela oferece: “As mudanças que aconteceram na vida das famílias têm que ser creditadas ao esforço de se descobrir formas de convivência com o Semi-Árido e de inserir os produtos no mercado internacional”, assegura Jussara Souza, sócia fundadora e gerente comercial (SEAGRI/BA, 2008).

Para além dessa positividade, a Cooperativa esbarra-se em dificuldades e limitações para gerar uma efetiva sustentabilidade econômica e sócio-Ambiental das comunidades rurais dos três municípios que formam seu território de ação. Estas se apresentam por conta da infraestrutura das mini-fábricas que não comportam ampliar o número de famílias, especialmente por conta do espaço das cozinhas, mas a questão de uma ampliação de famílias geraria efeitos

---

<sup>8</sup> PIMC- Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: um milhão de Cisternas Rurais. Esse programa baseia-se na construção de cisternas de placas nas moradias rurais para captação de águas das chuvas, cujos objetivos é criar alternativas para a população desse meio se manter no período das secas e de ter acesso à água potável (ASA, 2003).

na oferta da produção, que é controlada de acordo com a demanda das vendas por encomendas.

A Coopercuc enfrenta as limitações de seu mercado consumidor, com um poder de oferta reduzido por conta da própria demanda que ainda é pequena. O presidente da cooperativa assume que a parte de vendas/comercialização é a parte mais vulnerável.

Outras questões é o enfrentamento com a perda da biodiversidade da Caatinga, que é à base da sustentabilidade para a produção, com a retirada de madeira e caça predatória. Também constituir um quadro técnico qualificado, especialmente para a coordenação de grupos, para o acompanhamento da produção. No entanto, existem perspectivas de investir no setor de comercialização e quadro técnico, caso seja aprovados alguns projetos que estão em análise pelo MDA e a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), de origem holandesa. Essa Organização coopera para o “desenvolvimento e financiamento de actividades que estimulam e habilitam as pessoas para criar, à sua própria maneira, condições dignas e humanas de vida e habitação” (ICCO, 2008).

A efetiva certificação das propriedades, especialmente a coletiva – fundo de pasto, vai possibilitar ampliar as ações da cooperativa, já que os produtores terão uma maior qualidade dos seus produtos tão quanto receberem qualificação educativa e organizativa.

Está em organização à rede de comercialização “Sabor Natural do Sertão”, uma rede de associações e cooperativas da região do médio São Francisco, cuja produção provém da agricultura familiar, conceituadas na filosofia da Convivencia e certificadas como orgânicas.

## **6 Considerações Finais**

As comunidades rurais inseridas na Coopercuc mobilizadas e conduzidas pelos propósitos da *Convivência com o Semi-Árido*, põem em prática uma das linhas da proposta, que é a *conservação e utilização sustentável da Biodiversidade e da Agrobiodiversidade da Caatinga*.

O movimento de reapropriação social da natureza vai sendo formatado pelo extrativismo sustentável da Caatinga pelos agricultores e agricultoras cooperados, promovendo a conservação da biodiversidade deste bioma, especialmente do umbuzeiro, árvore frutífera quase extinta. E num processo de organização e gerenciamento descentralizado da Coopercuc (a unidade central e suas mini-fábricas) através de uma ação conjunta com seus agricultores (as) associados e determinados parceiros, (governamentais e não-governamentais, especialmente) efetiva uma estratégia de articulação para uma nova

relação entre natureza e sociedade em seus próprios contextos, aspectos que Almeida (2008) aponta como significativo percurso para tornar a biodiversidade um elemento importante na consolidação do território e na formulação de estratégias de desenvolvimento, articulando ciência, cultura e economia.

A Coopercuc ao inserir seus produtos (doces, geléias e polpas) no mercado, até mesmo para o externo, evidencia as possibilidades de um mercado consumidor, nacional e internacional, aberto e motivado pela ideologia da ‘reinvenção’ da natureza, valorizando produtos em bases sustentáveis e das *coisas naturais*. E que por isto, demonstra que um caminho está aberto para o consumo da produção pela *Convivência com o Semi-Árido*.

O processo de articulação e mobilização, de gerenciamento e de promoção sócio-econômica possibilitado pela Coopercuc, nos três municípios Canudos, Curaçá e Uauá, demonstra que as ações da Convivência podem se dar em escalas territoriais, superando ações limitadas ao local, características da proposta. Ao evidenciar as singularidades territoriais, abre perspectivas para ações que integrem os ‘territórios’ do Semi-Árido num projeto de desenvolvimento que revalorize especialmente seu meio rural e sua agricultura familiar.

A reapropriação social da natureza evidenciada pela Coopercuc, nos demonstra as possibilidades de lutas por autonomia e valorização dos contextos físicos e humanos das populações rurais do Semi-Árido, especialmente da agricultura familiar, desejando ressignificar antes de tudo, sua condição de existência de *ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2005). Caberá ao poder público reorientar-se e fazer valer essas experiências exitosas, como políticas públicas para o Semi-Árido.

## 7 Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras Artes. Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. As Invenções e Representações em Torno do Semi-Árido: Implicações na Educação. In: I Seminário Regional: Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da RESAB. Trabalho não publicado, 2000.

ALMEIDA. Maria Geralda de. A Reinvenção da Natureza. In: Revista Espaço e Cultura. UERJ. Rio de Janeiro, N° 3, p.41-53, dez. de 1996.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. In: *Revista da ANPEGE*. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005. p. 103-114.

\_\_\_\_\_. Projeto Biotecnologias e a Gestão Participativa da Biodiversidade na Caatinga e no Cerrado - Estudos de Caso de Instituições e de Saberes Locais na Caatinga e no Cerrado Brasileiro. Goiânia, GO: UFG/Instituto de Estudos Socio-Ambientais e Institut de Recherche et Développement, 2008

ALMEIDA e VARGAS, Maria Geralda de e Maria Augusta Mundim. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, J. A. F; FRANÇA, V. L. A. (Orgs). *Capítulos de Geografia Nordestina*. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998. p.469-485.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: Cisternas: Importância e Cuidados. Recife/PE: ASACom, 2003.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: Conhecendo o Semi-Árido e Aspectos da Proposta Política de Convivência Com o Semi-Árido. Trabalho não Publicado, ASABRASIL, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca\_edição comemorativa 10 anos da CCD - Brasília: MMA/SRH, 2004.

\_\_\_\_\_.Ministério do Meio Ambiente- Secretaria de Recursos Hídricos - Coordenação Técnica de Combate à Desertificação: Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação/Programa Nacional de Combate à Desertificação. 3ª edição. Brasília:MMA/SRH/CTC, 2006.

BEZERRA, Nizomar Falcão. Fragmentando o Território – Bases para o Desenvolvimento do Semi-árido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: RESAB, Secretaria Executiva. Educação Para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. 1ª Ed. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2004

CASTRO, Iná Elias de. Mito da Necessidade:Discurso e Prática do Regionalismo Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_.O Sertão nordestino e a questão do regionalismo. Regionalismo hoje. Do que se trata no Nordeste? In: Anais do ENCONTRO OS SERTÕES: Espaços, Tempos, Movimentos (Mesa Redonda), Recife, PE:Universidade Federal de Pernambuco, novembro de 2006

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – UNIDADE SEMI-ÁRIDO. Cultivo do Maracujá-do-mato é Tema do Prosa Rural. Disponível em:<[http://www.spi.embrapa.br/radio/2007/abordagens/semi\\_arido/release\\_30\\_cultivo\\_maracuja\\_do\\_mato](http://www.spi.embrapa.br/radio/2007/abordagens/semi_arido/release_30_cultivo_maracuja_do_mato)>. Acesso em: 28/05/08

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. I parte, 15ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro:Editora Vozes/Universidade São Francisco, 2005

ICCO, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.icco>>. Acesso em: 28/05/2008.

LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

\_\_\_\_\_.Racionalidade Ambiental: a Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

LEITÃO, Amilton de Melo. A Exploração Econômica da Caprino-ovinocultura no Município de Cabaceiras – PB: Uma Possibilidade de Superação Socioeconômica aos Efeitos da Seca. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira:Unidade na Diversidade, Petrolina, PE: dez/2002, p.:175-176

MERCEDES. Umbu no Pão Francês.Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm>>. Acesso em: 28/05/2008

MOREIRA, Roberto José. Sustentabilidade e Interesses no Espaço Rural. In : MOREIRA, Roberto Jose (org.). Terra, Poder e Território. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. :149-170

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião:SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PELIZZOLI, Marcelo Luis. Correntes da Ética Ambiental, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEAGRI-BA - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Cultura-Umbuzeiro. Disponível em :<<http://www.seagri.ba.gov.br/Umbuzeiro.htm> .Acesso em:28/05/08

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/AGENCIA SEBRAE DE NOTICIAS. Cooperativas do São Francisco buscam novos mercados. Disponível em <<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia>>. Acesso em: 30/05/2008

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro:Editora Bertrand Brasil, 1988

SLOW FOOD BRASIL. Fortalezas no Brasil. Disponível em:<<http://www.slowfoodbrasil.com/content/category>>. Acesso em: 28/05/08

VIEIRA, Flávio Lúcio R. Em Crise do Desenvolvimento ou Crise da Modernização Capitalista? In: Conceitos/Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba-v.1,n.1., João Pessoa, 1996.